

A vitória do governo não surpreende

AGÊNCIA ESTADO

A consagração do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney mereceu um comentário seco do deputado Ulysses Guimarães: "A Nação já sabia do resultado". Agora, acrescentou, o PMDB se volta para a convenção nacional e as eleições municipais. Sobre eventuais mudanças no governo, Ulysses foi também econômico: "Eu não sei qual será ou passa a ser a atitude do presidente em face deste resultado".

fato segredo para ninguém. Em Nova York, um banqueiro internacional ouvido pelo correspondente de **Estado** e do **Jornal da Tarde**, Moises Rabinovici, disse que esperava o resultado, e manifestou preocupação em saber se a equipe econômica, a quarta do governo da Nova República, fica até o final do mandato. "Isto facilita as coisas para nós", observou.

mento com o PMDB, hoje, às 11 horas. E produziu mais uma farsa: "A Constituinte se agachou diante do Sarney e prolongou, não a transição, mas a agonia do povo brasileiro".

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, respirou aliviado, afirmando que a decisão encerrava "uma novela que tem durado excessivamente". E destacou o interesse do governo em sua base de sustentação parlamentar, dizendo que aqueles que o quiserem apoiar "serão sempre bem-vindos". O

povo brasileiro, concluiu Costa Couto, já estava "saturado" desse assunto.

Para o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, "a bancada do governo está se consolidando. Vamos dar início a um processo de união de todo o País, com vistas à complementação da transição democrática".

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, reagiu cético ao resultado: "O governo não vai mudar nada, porque está imobilizado pelo clientelismo, pela convivência e pela politiquice."

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, esperou o resultado da votação e informou que anunciará seu rompimento com o PMDB, hoje, às 11 horas. E produziu mais uma farsa: "A Constituinte se agachou diante do Sarney e prolongou, não a transição, mas a agonia do povo brasileiro".

Quércia prevê nova aliança

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, prevê que, com a definição do mandato em cinco anos, agora o presidente José Sarney "terá de conversar com o PMDB, talvez com o PFL ou até com outros partidos e fazer uma composição política para o final do seu governo". Quércia é de opinião, inclusive, que Sarney irá promover alterações no primeiro escalão do governo já nos próximos dias, em decorrência das novas composições político-partidárias que deverão ocorrer a partir de agora.

Na sua opinião, não é sequer a definição do mandato que exigirá as alterações. Ocorre que, estando em fase praticamente final de governo, Sarney precisará — como precisaria ainda que tivesse seu mandato reduzido para quatro anos — buscar novas sustentações políticas, diante dos episódios que distanciaram o PFL do PMDB.

As modificações no Ministério, segundo Quércia, serão necessárias para que o governo "possa atuar, trabalhar no sentido de resolver os problemas do País". Entretanto, ele não pretende fazer nenhuma indicação e nem mesmo reivindicar cargos para São Paulo, embora considere fundamental que Sarney



Jose Batista Muceddo - 105/88
Orestes Quercia

abra um processo de "discussão com os partidos e, evidentemente, também com os Estados". E acrescentou que, ao defender um mandato de cinco anos para o presidente, não teve a intenção de barganhar esse apoio reivindicando ministérios para São Paulo.

Covas define prazo para sair

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, anunciou oficialmente, ontem, que deixará o partido até a promulgação da Constituição. "Vamos formar um partido que faça aquilo que o PMDB sempre se propôs a fazer", disse ele. A permanência ou não de Mário Covas na liderança até o fim da Constituinte dependerá da decisão da bancada, mas o líder já colocou o cargo à disposição. "A dona do cargo é a bancada e cabe a ela decidir", afirmou.

Um pouco antes, porém, bastante abatido, Covas havia afirmado com ênfase que não deixaria o partido agora. "O mandato do presidente Sarney não merece tanto", garantiu, ao ser indagado sobre o que faria diante do resultado da votação. Mesmo derrotado, ele não admitia "jogar a toalha", dizendo que "chegará o dia em que o povo vai eleger seus dirigentes brevemente".

O novo partido a que se refere Mário Covas já vem sendo articulada pelo grupo independente do PMDB. Covas esclareceu que vinha pensando em deixar o partido,

embora somente ontem, após a sessão, tenha anunciado oficialmente a decisão. O líder explicou, ainda, que o fato de sair não estava diretamente ligado ao resultado da votação. Procurado por peemedebistas, Covas já havia se recusado a lutar dentro do partido para sua reestruturação. Segundo o líder, o PMDB perdeu sua credibilidade.

"Ainda haverá espaço para o PMDB se ele tiver humildade de olhar seus passos para ter chance de se recompor", criticou Covas. Segundo ele, não interessa ao partido continuar protelando as decisões. "Em política, é melhor errar do que não tomar decisões", afirmou. Para ele, "é preciso ter um compromisso com a verdade".

Depois de uma reunião com dissidentes e peemedebistas do grupo independente, foi feita uma avaliação da votação de ontem. Por enquanto, o líder e os vice-líderes do PMDB na Constituinte sabem apenas que 165 peemedebistas votaram a favor dos cinco anos de mandato para Sarney e que outros 103 votaram pelos quatro anos. Dois optaram pela abstenção. A partir dos números, haverá avaliação de quem se identifica com o novo partido.

Para Jânio, é a consagração

Assim que soube do resultado da votação do mandato para presidente, o prefeito Jânio Quadros telefonou para Sarney para cumprimentá-lo pelo resultado e disse que os 106 votos a mais representavam a consagração para um homem público de três anos de governo.

Para Jânio, o mandato de cinco anos dará tranquilidade ao País até mesmo nas negociações que estão sendo mantidas no Exterior em relação à dívida externa. O prefeito, que lembrou sempre ter defendido mandatos de cinco anos tanto para o Executivo como para o Legislativo, explicou que no primeiro ano o Executivo está trabalhando com orçamento feito pelo governo anterior, e no quinto ano só se trata de política partidária, sobrando apenas três anos de mandato. No Legislativo, segundo ele, a situação é semelhante.

O prefeito mostrou-se ainda preocupado com as eleições municipais deste ano e defendeu o seu adiamento para que coincidam com as eleições presidenciais de 89. De acordo com ele, além dos problemas econômicos que essas eleições provocariam não refletiriam a situação do País. "Não terão correspondência com a realidade, pois



Edward Costa - 93/88
Jânio Quadros

seriam destinadas a favorecer apenas os radicais de esquerda." Jânio Quadros acredita que "não existem condições para essas eleições com a paz de espírito e a serenidade indispensáveis e o povo votará tomado pela emoção, que não é boa conselheira para a razão pura".

Aplausos, irritação: o que eles disseram



21/3/88

Wolfgang Sauer

Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina: "A decisão de manter os cinco anos para Sarney já deveria ter sido tomada antes, porque, com as regras definidas para a política, também podem ser melhor definidas as regras para a economia. A partir de agora, o presidente tem condições de fazer planos pelo menos até o fim de 89. Isso é fundamental para a solução dos graves problemas econômicos do País". Sauer considera que alguns conceitos da Constituinte estão defasados em relação à recente política industrial do governo, que promete modernizar economicamente: "A prática e a experiência vão levar às revisões necessárias, sem o clima de emoção sob o qual muitas vezes têm sido tomadas as decisões".

General Jonas de Moraes Correia Neto, do Comando Militar do Sudeste: "A decisão da Constituinte contribui para a própria administração federal, não pelos cinco anos, mas pelas condições que proporciona ao governo de, tendo um prazo específico, administrar de modo mais racional".

Delim Netto, deputado federal: "A definição vai ajudar a estabilizar a economia. O presidente acaba de receber seu mandato e terá mais tempo para executar sua política".

Luiz Lula da Silva, deputado federal: "É a segunda grande frustração do povo brasileiro — a primeira foi a das diretas, em 84 —, e com a frustração da classe trabalhadora vai haver um grande desestímulo".

Affif Domingos, deputado federal: "Não vai fazer diferença nenhuma, porque quem não governou em quatro anos não vai governar em cinco anos".

Antônio Ermírio

Antônio Ermírio de Moraes, grupo Votorantim: "Os cinco anos para Sarney eram esperados. Sempre fui um presidencialista a favor dos quatro anos, mas havia o desejo da área militar pela manutenção dos cinco anos e, então, o jeito é esperar mais um pouco e ter paciência". Para o empresário, agora o mais importante é o governo pôr ordem na casa: "Espero que Sarney possa reunir sua equipe e definir uma meta de trabalho sério até o final de seu mandato. Vamos pedir a Deus que ilumine todos os homens do presidente para que façam um combate sério à inflação". Quanto à revisão constitucional, Ermírio de Moraes acha que ela não tem cabimento: "É uma piada de mau gosto. Os constituintes não estão acreditando no que estão fazendo e a verdade é que a maioria legislou em causa própria, para garantir sua própria reeleição". Ele destacou ainda que há "um racha pra valer" entre a política econômica do governo e a definida pela Constituição "com prejuízos ainda maiores para a inflação".



André Douak - 253/88

Paulo Salim Maluf, empresário e ex-deputado federal: "Tramaram a prorrogação do mandato de Sarney na calada da noite. Não respeitaram os compromissos existentes e não permitiram que o povo brasileiro pudesse realizar sua vontade de votar este ano". Maluf também lembrou o episódio das Diretas-Já, há quatro anos, e criticou as lideranças do PMDB: "Hoje, em 1988, o PMDB votou pelas 'não diretas, já' porque é um partido que agora está no poder e não deseja eleição". Se fosse deputado constituinte, Maluf garante: "Votaria contra".

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e do Movimento Democrático Urbano: "Não me causa nenhuma surpresa. As negociações que foram feitas, com os favorecimentos e tudo mais, na minha concepção, são uma grande vergonha. Para nosso país se consolidar democraticamente são necessárias eleições em todos os níveis. Agora, neste último ano de mandato, eu espero que o presidente resolva a negociação da dívida externa, para que o Brasil volte a funcionar".

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, 1º vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: "Mesmo sendo a favor dos quatro anos, eu recebi o resultado com tranquilidade, sem surpresa e democraticamente. Espero que o presidente Sarney tenha condições e coragem política para realizar as reformas necessárias, e que os cinco anos facilitem a renegociação da dívida externa. Com esta questão resolvida, espero que os trabalhos da Constituinte deslanchem e que ela seja concluída o quanto antes".

Franco Montoro, ex-governador do Estado de São Paulo: "É uma decisão que não corresponde ao pensamento do povo brasileiro. Mas deve ser respeitada, e a luta pela democracia deve continuar. Aquilo que dependeu de nós foi feito. Sob a coordenação da OAB, houve manifestações e plebiscitos em todo o território nacional. Só não houve a série de comícios que aconteceu no ano passado porque os governadores, em sua maioria, optaram pelos cinco anos e impediram comícios pelas diretas". Nelson Celestino Teixeira, prefeito de Borá, município de menor índice populacional do Estado, com 853 habitantes: "A decisão não foi boa. O povo está desesperado e quer votar para presidente. Agora o Brasil não tem condições de ter três eleições seguidas, e defendo a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores".

Pimenta da Veiga, líder do novo partido de centro-esquerda: "Receio que o País tenha explosões sociais. Lá fora, a grande maioria não aceitará mandato de cinco anos para este governo".

José Genoíno, vice-líder do PT: "Foi uma vitória de Pirro. O governo ganhou na Constituinte, mas está perdendo nas ruas. Os candidatos às eleições municipais de 15 de novembro que apoiam Sarney perderão em todos os lugares".

Roberto Cardoso Alves, líder do Centrão: "O País terá tranquilidade e o presidente Sarney completará sua grande obra com paz de espírito".

Albano Franco, senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria: "O presidente Sarney tem agora condições efetivas de lançar o seu programa de estabilização, tendo em vista a definição de seu mandato. Ele vivia a lamentar a indefinição, que não o permitia governar com tranquilidade. Iniciativas como a nova política industrial e a liberalização da economia trouxeram alento aos empresários, esperamos agora que eles sejam realmente implantados, porque houve antes planos que foram anunciados e não foram realizados".

Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, 1º vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria: "Nesta altura, foi a melhor solução. Estamos em junho, e não vejo razão de os futuros presidentes terem um mandato de cinco anos e o atual quatro. Eu acredito que ele executará o programa econômico apresentado pelo ministro Malison da Nóbrega, pois terá mais força política para isso".



Julio Fernandes - 54/88

Malison da Nóbrega

Malison da Nóbrega, ministro da Fazenda: "A fixação do mandato do presidente em cinco anos dará mais tempo para que Sarney execute seu plano econômico e entregue a economia em ordem ao seu sucessor. O mandato de cinco anos não levará o presidente a tomar medidas espetaculares na área econômica, porque o plano de Sarney será executado de maneira gradual".

João Batista de Abreu, ministro do Planejamento: "A definição do mandato não provocará mudanças na atual política econômica porque as medidas mais amargas para o ajustamento já foram anunciadas".



257/82

Roberto Duailibi

Roberto Duailibi, publicitário: "Foi a solução mais sábia. Pelo menos agora temos uma perspectiva firme. A aprovação de quatro anos seria uma derrota para o presidente, aumentando os rancores e desencadeando um processo eleitoral que seria ruim para a economia e o bem-estar dos brasileiros. Revisões constitucionais, através de emendas, são perfeitamente normais em vários países do mundo".

Cacá Rosset, ator: "É o fim. Sarney precisa pagar juros e correção monetária pelo tempo que já ficou no poder. Passamos de uma ditadura militar para uma ditadura civil. É um jogo de cartas marcadas, o que rolou de grana em cima dos constituintes não foi brincadeira. O Brasil é uma republiqueta".

José Goldemberg, reitor da USP: "Já se foi o tempo de terminar a transição democrática. Com mais um ano para o presidente Sarney, esta transição vai se alongar. Um ano também não é o suficiente para a implantação de políticas das quais o País necessita. O ideal seria elegermos um novo governo com mandato de cinco anos".

Flávio Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira: "Sou a favor do cumprimento do mandato para o qual Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos, mas não concordo com a revisão constitucional. O princípio revisionista contraria a própria lógica que preside uma Constituição: Ela implicaria um permanente processo de elaboração constitucional".

João Carlos Paes Mendonça, presidente da Associação Latino-Americana de Supermercados: "Apelo o mandato de cinco anos mesmo porque seria inviável eleições presidenciais este ano".

Joaquim dos Santos Andrade, presidente da Central Geral dos Trabalhadores: "Mais uma vez se frustra o sentimento de a vontade de milhões de brasileiros e se condena o País a mais um ano de marasmo. Eu espero que agora o presidente combata com veracidade a corrupção e a impunidade e coloque o Brasil em condições de retomar seu desenvolvimento econômico".

Gilmar Carneiro, membro da direção da Central Única dos Trabalhadores: "A vitória dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney representa a própria sepultura do PMDB que fez questão de levar junto todo o País. Eu não esperava resultado diferente, mas, mesmo assim, estou chocado com o papel dos constituintes".

Raymundo Faoro, jurista: "O resultado da votação é falso porque não é legítimo. No aspecto fundamental, que constitui a vontade nacional, estamos sob uma mentira".



Paulo Leite - 265/79

Márcio Thomaz Bastos, presidente da OAB: "O Congresso Constituinte afastou-se perigosamente da cidadania e deu as costas à Nação. Todos os meios de aferição do pensamento do povo chegaram aos mesmos resultados: 90% das pessoas consultadas queriam votar para presidente em 88, pretendiam o fim da transição e queriam a única forma possível de ruptura pacífica dentro das circunstâncias, mas prevaleceu o pensamento continuista. A OAB tentou impedir a farsa dos que fingem imaginar ser possível democracia sem eleições".

Depois do Cruzado, popularidade em baixa

A trajetória do governo Sarney: hesitações na política e tentativas frustradas de acertar a economia

